

XIII MANDATO

ATA Nº 69/2024

Processo nº	Órgão Colegial
CM/2024/2	Câmara Municipal de Braga

Ata da Reunião Ordinária Pública de 23 de outubro de 2024

Ao vigésimo terceiro dia do mês de outubro de dois mil e vinte e quatro, pelas dezoito horas, na Junta de Freguesia de Santa Lucrécia de Algeriz, sita na Avenida de São Tiago, nº 2, Braga, realizou-se a reunião ordinária pública do Executivo Municipal, na qual compareceram os Excelentíssimos Senhores: **Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio** (Coligação Juntos por Braga) e os **Vereadores, Altino Bernardo Lemos Bessa** (Coligação Juntos por Braga), **Carla Maria Ferreira Sepúlveda** (Coligação Juntos por Braga), **João Vasconcelos Barros Rodrigues** (Coligação Juntos por Braga), **Maria do Sameiro Macedo Araújo** (Coligação Juntos por Braga), **Olga Maria Esteves Araújo Pereira** (Coligação Juntos por Braga), **Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo** (PS), **Artur Jorge Oliveira Feio** (PS), **Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa** (PS), **Sílvia Cristina Conduto de Sousa** (PS) e **Vítor Manuel Jorge Rodrigues** (CDU).-----

Secretariou: Marlene Sofia Duarte Fernandes, da Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos. Pelas dezoito horas, verificada a presença de todos os Vereadores, foi declarada aberta a reunião. -----

A) Período de Antes da Ordem do Dia

----- Iniciou o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, para agradecer a disponibilidade da Freguesia de Santa Lucrécia de Algeriz em acolher todos os presentes e prosseguindo à abertura do período de antes da ordem do dia. -----

----- Interveio o **Vereador do PS, Ricardo Sousa**, abordando novamente o assunto da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM) de Braga, nomeadamente as dificuldades financeiras graves que a instituição atravessa. Referiu, tendo conhecimento, através dos pais de utentes da instituição, que a situação se terá agravado pois os funcionários ainda não receberam os subsídios de férias e poderá estar iminente uma greve. Apesar de o trabalho das IPSS, não ser responsabilidade do Município, questionou ainda quanto à existência de um “plano de contingência e se já houve uma reunião com a Segurança Social a fim de planear algo para um caso mais extremo”. Tomou a palavra, o **Vereador do PS, Artur Feio**, que iniciou por agradeceu a hospitalidade ao presidente da junta de freguesia de Santa Lucrécia de Algeriz. Seguidamente e como primeiro assunto, referiu um muro “escarpa” localizado na Avenida António Macedo, que já levou à queda de várias pedras, conduzindo à vedação do passeio por risco de colapso e questionando qual o posicionamento do Município à referida situação. Como segundo assunto, sinalizou a ausência de estacionamento em Dume, mais concretamente na zona circundante onde irão ser construídos



os sete prédios, originado diversos constrangimentos aos moradores. Referiu já ter abordado o presidente da União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe, sobre o alusivo assunto e cujo informou encontrar-se a aguardar resposta por parte do Município. Quanto ao terceiro assunto, demonstrou surpresa quanto à implementação de uma nova aplicação dos TUB, denominada Easypay, relativa ao estacionamento à superfície. Continuou a sua intervenção solicitando esclarecimentos quanto a “o custo do tarifário na aplicação é superior ao que se pratica atualmente na máquina onde se pode fazer o pagamento da tarifa, ou seja, fica mais caro 15% comprar o tarifário na aplicação, do que nas máquinas presentes nas várias ruas”. -----

----- De seguida, tomou a palavra o **Vereador da CDU, Vítor Rodrigues**, que questionou os danos provocados pela tempestade, há cerca de quinze dias, nomeadamente: se existiu um levantamento do número de árvores que caíram, se existiu um plano de rearborização das zonas afetadas e quanto à requalificação dos postes de iluminação que tombaram. Como segundo assunto, identificou o encerramento, em determinado horário, particularmente durante a noite, no Centro de Coordenador de Transportes de Braga, que origina a que a passagem dos cidadãos seja efetuada pelo acesso dos autocarros, ficando comprometida a segurança. Como terceiro assunto, questionou o ponto de situação quanto à programação Cultural de Braga 25 - Capital Portuguesa da Cultura. Terminou a sua intervenção referindo que apesar do assunto ser da responsabilidade da Braval, seria importante a existência de georreferenciação quanto a pontos de recolha de óleo doméstico para melhor localização.-----

-----Tomou a palavra o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, afirmando ter estado presente, juntamente com a Vereadora Carla Sepúlveda e o presidente da APPACDM, na reunião do Conselho Local de Ação Social (CLAS), e “não tendo o presidente da instituição relatado nenhuma preocupação quanto à gestão interna da APPACDM”. Reforçou ainda, não terem rececionado emails dos pais sobre a referida situação, contudo a Vereadora Carla Sepúlveda irá entrar em contacto com o responsável da instituição, a fim de perceber a ocorrência de algum desenvolvimento. Em resposta ao Vereador do PS, Artur Feio, o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, informou que o Vereador da Coligação Juntos por Braga, João Rodrigues, não teve conhecimento do assunto, “pelo que haverá necessidade de se conhecer em concreto o projeto de edificação desses prédios e o que está previsto em termos de licenciamento, a fim de se poder dar uma resposta”. Interveio o **Vereador do PS, Artur Feio**, para dar nota que, com base em informação obtida com o presidente da Junta de Freguesia, “terão já havido conversas com a arquiteta Filipa Corais e a verdade é que as conversas resultam em não decisões”, sendo que os moradores daquela zona se encontram muito afetados. Tomou novamente a palavra o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, para afirmar que a Avenida António Macedo é uma via sob a tutela da Infraestruturas de Portugal (IP), pelo que a Câmara não poderá intervir. Prosseguiu esclarecendo que, relativamente à questão da aplicação dos TUB, “não há nenhum agravamento do tarifário por parte dos TUB nessa aplicação, ou seja, os utilizadores da aplicação é que no âmbito da relação contratual tem com a entidade fornecedora dessa aplicação, se predispõem a pagar mais para usufruir desse serviço”. Pelo **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, foi dada a palavra ao **Vereador da Coligação Juntos por Braga, Altino Bessa**, que referiu, quanto à questão dos danos provocados pela intempérie, no “dia 08 de outubro Braga foi assolada por ventos anómalos, tendo resultado na queda de cerca de cento e trinta e árvores, onde cerca de 90% das árvores que caíram são *melias*”. Referiu ainda que “a primeira preocupação foi socorrer pessoas, havia pessoas encarceradas dentro de carros, dentro de suas casas, cerca de 15 vias ficaram intransitáveis”, pelo que a primeira intervenção foi a desobstrução das vias, com os bombeiros sapadores e voluntários, com a proteção civil e com as forças de autoridade



PSP e Polícia Municipal. Informou a existência de uma reunião com todos os presidentes de junta de forma a melhorar procedimentos para estas situações, uma vez que, não sendo uma competência das juntas de freguesia, foi-lhes delegada a responsabilidade da recolha de orçamentos com base na intervenção necessária e tendo a proteção civil assumido os custos da retirada de material. Aproveitou para agradecer a estreita colaboração e cooperação com os presidentes das Juntas de Freguesia. Finalizou a sua intervenção, relativamente à questão dos oleões, informando que fará chegar à Braval a preocupação exposta. O **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, quanto à requalificação dos postes de iluminação, referiu ser da responsabilidade da E - redes. O **Vereador do PS, Artur Feio**, aproveitou para ainda questionar se o Município poderá ser responsabilizado pelos danos causados em viaturas, devido à queda de árvores. Em resposta, o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, respondeu “não haver enquadramento legal, não existe uma lógica de boa vontade política para assumir uma responsabilidade que pode não ser do Município, numa situação de força maior que efetivamente decorre da lei, não há responsabilidade possível que possa ser imputada ao Município e também não há uma lógica que nos permita justificar essa despesa”. De seguida o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, passou a palavra à **Vereadora da Coligação Juntos por Braga, Olga Pereira**, que referiu não ter recebido informação quanto à situação exposta, alusiva ao CCTB, e informou que “a porta principal está fechada, mas a porta que dá acesso à passagem pedonal, que dá para o mercado e para a praça de táxis deverá encontra-se aberta, as casas de banho encerram entre a meia noite e as quatro da manhã, pelo que a informação existente na porta é contactar o vigilante e a forma de o fazer, sendo que também há câmaras para dar segurança ao local. Interveio o Vereador da CDU, Vítor Rodrigues, para referir já ter ocorrido “não haver acesso aberto, nem pela porta lateral”. Ao que a **Vereadora da Coligação Juntos por Braga, Olga Pereira** prontificou-se a verificar a situação, uma vez que, “a indicação dada é que a porta que dá acesso à passagem pedonal para o mercado ou para a praça de táxis deverá encontra-se aberta”. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, para transmitir que a programação da Braga 25, vai ser “a conjugação de diversas componentes, haverá um reforço e uma diversificação programática das atividades culturais tradicionais do Município o dos seus equipamentos culturais e dos seus terceiros, assim como o aproveitamento de alguns projetos que vinham do dossier de candidatura da capital europeia da cultura”. Mais informou que a programação foi apresentada no Conselho Consultivo da Cultura, no dia 11 de outubro de 2024, e que será apresentada publicamente, contudo “poderá ser agendada uma reunião mais particular com todos os vereadores e a equipa responsável para uma apresentação mais detalhada”. -----

B) Período da Ordem do Dia

-----Pelo **Presidente da Câmara** foi dada a abertura ao período da ordem do dia, propondo os seguintes votos: ---

-----**Voto de pesar** pela morte de **Camilo Fernandes Costeira**, “**Mestre**” fundador da empresa Costeira – Engenharia e Construção - **Aprovado por unanimidade**. -----

-----**Voto de louvor** à excelente prestação do atleta **Guilherme Gonçalves**, que conquistou a medalha de Bronze, no **Campeonato de Mundo Sub 21**, para atletas com menos 67 Kg, em Veneza, no dia 13 de outubro de 2024 – **Aprovado por unanimidade**-----

----- **Voto de louvor** à excelente prestação da atleta **Sara Rocha**, que conquistou a medalha de Prata no **Campeonato Europeu de Snooker por equipas**, em Albufeira/Algarve, no dia 17 de outubro de 2024 – **Aprovado por unanimidade** -----



Deliberações:**1. Aprovação da Ata nº 68 da reunião ordinária pública de 10 de outubro de 2024**

Favorável	Tipo de votação: Por maioria
	A favor: 10, Contra: 0, Abstenções: 0, Ausentes: 1

Nos termos do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: foi dispensada a leitura da ata, conforme deliberação tomada em reunião de 18 de outubro de 2021. **Tomou a palavra a Vereadora do PS, Sílvia Sousa**, que iniciou por agradecer ao presidente da Junta de Santa Lucrécia de Algeriz a hospitalidade e saudou o facto de na ata ter sido concretizado o prazo para a concretização das obras na Arte Total. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa. O Vereador da CDU, Vitor Manuel Jorge Rodrigues não participou na votação de acordo com o número 5 do artigo 17º do Regimento da Câmara Municipal de Braga.**

2. Procedimento Concurso Público n.º CPI/09/24/DCP que visa o aluguer de equipamentos para diversos eventos do Município de Braga

Favorável	Tipo de votação: Por maioria
	A favor: 6, Contra: 0, Abstenções: 5, Ausentes: 0

Presente a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal a autorização da despesa e das peças do procedimento (programa de concurso e caderno de encargos), nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho. Tudo de acordo com os documentos constantes no processo. **Deliberado autorizar e aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira e com as abstenções dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU Vitor Manuel Jorge Rodrigues**

3. CPRAQ /01/24/DCP - Fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre para Portugal Continental em BTE e MT – Ratificação.

Favorável	Tipo de votação: Por maioria
	A favor: 6, Contra: 0, Abstenções: 5, Ausentes: 0



Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de ratificação no ponto 3º da informação de abertura do procedimento, aprovadas pelo Sr. Presidente da Câmara, em 19 de julho de 2024 nos termos do disposto no nº 3, do art.º 35 da Lei 75/2013 de 12 de setembro. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo”. **Ratificado por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira e com as abstenções dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU Vitor Manuel Jorge Rodrigues -----**

4. Proposta de Aquisição da fração D, tipologia T3 no Bairro das Enguardas.	
Favorável	Tipo de votação: Por maioria
	A favor: 10, Contra: 0, Abstenções: 1, Ausentes: 0

Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, aprovação da proposta de exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel em epígrafe situado no prédio do Bairro das Enguardas, n.º 1, R/chão Esq.º, freguesia de São Vitor, de acordo com o disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea g), da Lei n.º 75 /2013, de 12 de setembro, pelo valor de 75.000€ (setenta e cinco mil euros). Tudo de acordo com os documentos constantes do processo”. Tomou a palavra o **Vereador da CDU, Vitor Rodrigues** que questionou quanto ao valor 75.000€ (setenta e cinco mil euros) propostos, correspondente ao valor de venda do imóvel, contudo mencionou que “na proposta que me chegou refere-se que houve uma avaliação que na prática avaliou o imóvel em dobro, no valor de 156.000€ (cento e cinquenta e seis mil euros)”. Em resposta, o Vereador **da Coligação Juntos por Braga, João Rodrigues** referiu que “é o valor de negócio que interessa, alguém que vende um imóvel a outro alguém e o município direito de preferência e se o valor estava abaixo do mercado, significa que o município fez um excelente negócio”. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e com a abstenção do Vereador da CDU, Vitor Manuel Jorge Rodrigues. -----**

5. Regulamento do Prémio de Poesia José Manuel Mendes – Início de procedimento	
Favorável	Tipo de votação: Unanimidade

Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, o início do procedimento de criação do Regulamento do Prémio de Poesia José Manuel Mendes, termos e para os efeitos do disposto no artigo 98º do Código de Procedimento Administrativo. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo”. Tomou a palavra o **Vereador do PS, Adolfo Macedo**, que saudou a proposta e referiu que “vem acentuar uma faceta, uma



atividade a uma disciplina artística que não estava contemplada na candidatura a capital europeia da cultura, como é o caso da literatura, entre outras que não estavam contempladas”. Mencionou que “este prémio bienal tem por horizonte as novas edições de novos poetas em língua portuguesa visa e passo a citar “incentivar a criação literária nacional; conhecimento de novos autores e obras; contribuir para a valorização e promoção da literatura de qualidade e contribuir para o acesso de novos talentos em edição literária”. Apesar da aprovação da proposta, assinalou como observação a “designação do prémio – Prémio de Poesia José Manuel Mendes”, e referiu que “não parece que a designação do seu nome para este prémio, esteja de acordo com os objetivos do prémio, por um lado premiar uma primeira obra de poesia, por outro lado incentivar os novos autores, promover a visibilidade à literatura, entre outros”. Salientou a preferência por nomes como Sebastião Alba ou Jorge Sousa Braga, sem pôr em causa o valor de José Manuel Mendes. **Deliberado aprovar por unanimidade** -----

6. Protocolo Colaboração Município de Braga e Cruz Vermelha Portuguesa	
Favorável	Tipo de votação: Por maioria
	A favor: 10, Contra: 0, Abstenções: 1, Ausentes: 0

Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à aprovação do executivo Municipal, proposta de protocolo de colaboração para Utilização Temporária do Centro de Recrutamento de Braga entre a Cruz Vermelha Portuguesa e o Município de Braga, relativo à utilização do imóvel sito na Rua Bernardo Sequeira para implementação do projeto “Centro de Atendimento a Cidadãos Estrangeiros”. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo”.

Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e com a abstenção do Vereador da CDU, Vitor Manuel Jorge Rodrigues.-----

7. Proposta de protocolo de colaboração entre a Estrutura de Missão para a Recuperação de Processos pendentes na AIMA, o Município de Braga e a Agência para a Integração, Migrações e Asilo, IP.	
Favorável	Tipo de votação: Por maioria
	A favor: 10, Contra: 0, Abstenções: 1, Ausentes: 0

Presente a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal, a proposta de protocolo de colaboração entre a Estrutura de Missão para a Recuperação de Processos pendentes na AIMA, o Município de Braga e a Agência para a Integração, Migrações e Asilo, IP ao abrigo da alínea r) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. Tudo de acordo com os documentos que fazem parte do processo”. O **Vereador Vítor Rodrigues, da CDU**, indicou que faria chegar uma declaração de voto. Posteriormente, a CDU fez chegar a seguinte declaração de voto: “A CDU considera que existe um problema grave quanto aos atrasos nos processos de regularização de imigrantes, pois tal tem implicações severas na vida de dezenas de milhares de pessoas em Portugal. Problema que tem raiz na forma atabalhoada com que se procedeu ao encerramento do SEF – Serviço



de Estrangeiros e Fronteiras e à criação da AIMA – Agência para a Integração, Migrações e Asilo, IP. No entender da CDU, a resposta a este problema tem de ser assegurada pela Administração Central, pelo que se impõe a contratação de milhares de técnicos, necessários para o cumprimento desta tarefa de recuperação dos processos em atraso. A CDU entende, por isso, que o empurrar desta responsabilidade para as autarquias, e mais ainda com base num protocolo que estabelece pagamentos em função dos processos instruídos, não atende à gravidade do problema, nem à importância com que o mesmo deve ser tratado, nem sequer à dignidade que se confere a uma tarefa com tão grandes consequências nas vidas das pessoas implicadas. Por isso, a CDU absteve-se neste ponto. O Vereador da CDU, Vítor Rodrigues”. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e com a abstenção do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues -----**

8. Contrato Interadministrativo para Gestão de Refeitórios Escolares de Gestão Direta

Favorável	Tipo de votação: Unanimidade
------------------	-------------------------------------

Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, minuta de contrato interadministrativo, com o Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio, Agrupamento de Escolas de Braga Oeste e Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian, para a gestão dos refeitórios escolares, em conformidade com o disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75 /2013, de 12 de setembro, e posterior submissão a sessão da Assembleia Municipal para efeitos de autorização, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo 1, do mesmo diploma legal. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo”.

Deliberado aprovar por unanimidade. Remeter à Assembleia Municipal para aprovação. -----

9. Contrato de dinamização celebrado entre o Município de Braga e a Associação Bruxarias Vale D’Este.

Favorável	Tipo de votação: Unanimidade
------------------	-------------------------------------

Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à aprovação do Executivo Municipal, proposta de contrato de dinamização cultural no valor de 3.500,00 euros para a Associação - Bruxarias Vale D’Este. Tudo de acordo com os documentos constantes no processo”. **Deliberado aprovar por unanimidade. -----**

10. Atribuição de apoio financeiro - União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe para “abate de árvores em risco de fratura na rua do Tourido”

Favorável	Tipo de votação: Unanimidade
------------------	-------------------------------------

Presente a seguinte proposta: “ Submetem-se, à apreciação do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 23.º, alínea j) do n.º 1 do art.º 25º e alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, as seguintes propostas de atribuição



de apoios financeiros à União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe, no valor de 13.038,00€ para “Abate de árvores em risco de fratura na Rua do Tourido”. Tudo de acordo com a informação constante no respetivo processo”.

Deliberado aprovar por unanimidade. Remeter à Assembleia Municipal para aprovação. -----

11- Atribuição de apoio financeiro - União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro para “revisão de preços - ampliação do cemitério de Celeirós”.

Favorável	Tipo de votação: Unanimidade
------------------	-------------------------------------

Presente a seguinte proposta: “Submetem-se, à apreciação do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 23.º, alínea j) do n.º 1 do art.º 25º e alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, as seguintes propostas de atribuição de apoio financeiro à **União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro**, no valor de 4.737,10€, para apoiar a “Revisão de Preços – Ampliação do Cemitério de Celeirós. Tudo de acordo com a informação constante no respetivo processo”. **Deliberado aprovar por unanimidade. Remeter à Assembleia Municipal para aprovação. -----**

12. Atribuição de apoio financeiro - União de Freguesias de Merelim (S. Pedro) e Frossos para “honorários/projeto - requalificação do edifício da sede de junta da freguesia de Merelim (S. Pedro)”.

Favorável	Tipo de votação: Por maioria
	A favor: 6, Contra: 0, Abstenções: 5, Ausentes: 0

Presente a seguinte proposta: “ Submetem-se, à apreciação do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 23.º, alínea j) do n.º 1 do art.º 25º e alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, as seguintes propostas de atribuição de apoio financeiro à **União de Freguesias de Merelim (S. Pedro) e Frossos**, no valor de 43 050,00€, para apoiar os Honorários/Projeto - Requalificação do edifício da sede de Junta da Freguesia de Merelim (S. Pedro). Tudo de acordo com a informação constante no respetivo processo”. Tomou a palavra o **Vereador do Ps, Artur Feio**, que discordou com o facto de mais uma vez o custo final do apoio ser baseado numa estimativa da própria junta, sem outros termos comparativos. Salientou que tinha pouca informação sobre o valor apresentado “não sabemos que trabalhos vão ser feitos, o quê que vai ser feito e qual a descrição, a única coisa que sabemos é o custo final” e neste sentido solicitou a retirada do presente ponto da ordem de trabalhos. O **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, comunicou a não retirada do ponto e salientou que “no caso concreto a Câmara Municipal o que faz é avaliar se o valor que lhe é apresentado, atendendo ao valor estimativo da obra e de todas as outras circunstâncias, é um valor razoável ou não”. **Deliberado aprovar por maioria com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira e com as abstenções dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU Vitor Manuel Jorge Rodrigues. Remeter à Assembleia Municipal para aprovação. -----**



13. Atribuição de apoio financeiro - Freguesia de Mire de Tibães para apoiar o “segundo reforço de verba - obras de intervenção no cemitério de Mire de Tibães”.**Favorável****Tipo de votação:** Unanimidade

Presente a seguinte proposta: “Submetem-se, à apreciação do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 23.º, alínea j) do n.º 1 do art.º 25º e alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, as seguintes propostas de atribuição de apoio financeiro à **Freguesia de Mire de Tibães**, no valor de 1.929,41€, para apoiar o “Segundo Reforço De Verba – Obras de intervenção no cemitério de Mire de Tibães”. Tudo de acordo com a informação constante no respetivo processo”. Tomou a palavra a **Vereadora do PS, Sílvia Sousa** que questionou o ponto de situação da ampliação do cemitério. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio** que respondeu que “neste momento está na esfera de negociação com os particulares e o processo de expropriação terá que ser concretizado para viabilizar essa mesma ampliação”. **Deliberado aprovar por unanimidade. Remeter à Assembleia Municipal para aprovação -----**

14. Atribuição de apoio financeiro - União de freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra para “aquisição de carrinha de 9 lugares destinada a transporte escolar”.**Favorável****Tipo de votação:** Unanimidade

Presente a seguinte proposta: “ Submetem-se, à apreciação do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 23.º, alínea j) do n.º 1 do art.º 25º e alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, as seguintes propostas de atribuição de apoio financeiro à **União de freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra**, no valor de 10.000,00€, para “Aquisição de carrinha de 9 lugares destinada a transporte escolar”. Tudo de acordo com a informação constante no respetivo processo.” **Deliberado aprovar por unanimidade. Remeter à Assembleia Municipal para aprovação. –**

15. Atribuição de apoio financeiro à entidade: Associação “A Bogalha”.**Favorável****Tipo de votação:** Unanimidade

Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, a proposta de atribuição de apoio financeiro à Associação “A Bogalha”, no valor de €40. 000. Tudo de acordo com a informação constante no respetivo processo”. Tudo de acordo com a informação constante no respetivo processo”. O **Vereador do PS, Ricardo Sousa**, apresentou várias questões nomeadamente: ao número concreto de crianças que fazem parte deste protocolo, dado na documentação enviada não existir a respetiva informação; aos horários definidos e se vão ao encontro de todos os pais com necessidade deste serviço; se o transporte assegura as pontas destes horários e finalmente se esta sala de igualdade é exclusiva para as quinze crianças ou se estas serão distribuídas pelas várias salas de ATL da instituição. Terminou a sua intervenção solicitando a autorização para visitar a instituição “A Bogalha”. Em resposta a **Vereadora Coligação Juntos por Braga, Carla Sepúlveda**, iniciou por esclarecer tratar-se do programa “Supera-te” e não o programa “Incluir”, e que “mais instituições têm feito outros pedidos, pelo que esta resposta foi aberta a todas as instituições públicas e privadas que se quisessem juntar para eventuais acertos de espaços, equipamentos, alguma



resposta técnica de assistente operacional ou alguma pessoa técnica para integrar o processo e para trabalhar mais com grupo das crianças com necessidades específicas”. Informou que a Bogalha, pelas “condições físicas que possuía, salas vazias, ofereceu-se para responder a este desafio, sendo um serviço que alargaram com o apoio do Município”. Acrescentou ainda, que o serviço de transporte às crianças será efetuado de acordo com as necessidades dos pais. Relativamente à marcação das visitas, transmitiu que terá de ser solicitada a autorização à Bogalha, não sendo da responsabilidade do Município e assumiu a responsabilidade de solicitar esclarecimento quanto aos horários praticados. O **Vereador Vítor Rodrigues, da CDU**, indicou que faria chegar uma declaração de voto. Posteriormente, a CDU fez chegar a seguinte declaração de voto: *“A CDU lembra que esta atribuição de apoio culmina um processo em que os seus eleitos se empenharam para que fosse possível construir soluções verdadeiramente inclusivas para as crianças com necessidades específicas nas pontas letivas. Esforço em que se tentou o envolvimento das escolas do concelho, primeiro, e das IPSS da área da educação, depois. Este processo demonstra bem a necessidade de construir uma resposta universal e pública no sistema educativo português, sendo essencial que o Governo e o Ministério da Educação tomem em mãos a construção desta resposta. A CDU lamenta, aliás, que as direções dos agrupamentos de escolas não tenham contribuído para uma solução a nível do concelho, bem demonstrativo das limitações dos processos de transferência de competências quanto à resolução de problemas gerais do nosso sistema educativo. A CDU louva a Associação A Bogalha pela sua disponibilidade, e deseja que outras instituições abram as suas portas a respostas similares. Por estes motivos, a CDU votou a favor desta proposta”.* **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

16. Apoios e incentivos à aquisição de habitação para Jovens – Reembolso de 25% IMT – Proposta de Indeferimento.	
Favorável	Tipo de votação: Por maioria
	A favor: 7, Contra: 0, Abstenções: 4, Ausentes: 0

Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à apreciação do Executivo Municipal, os pedidos de apoio e incentivos à aquisição de habitação para Jovens, nos termos do Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais no Âmbito de Impostos Municipais do Município de Braga, ao abrigo do artigo 17º-A – Incentivo à aquisição de habitação para Jovens; e artigo 17º-B – Outros apoios à aquisição de habitação para Jovens. Tudo de acordo com os documentos constantes no processo”. **Deliberado indeferir por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues e com as abstenções dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto.** -----

17. Apoios e incentivos à aquisição de habitação para Jovens – Reembolso de 25% IMT – Proposta de deferimento.	
Favorável	Tipo de votação: Por maioria
	A favor: 6, Contra: 0, Abstenções: 5, Ausentes: 0



Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à apreciação do Executivo Municipal, os pedidos de apoio e incentivos à aquisição de habitação para Jovens, nos termos do Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais no Âmbito de Impostos Municipais do Município de Braga, ao abrigo do artigo 17º-A – Incentivo à aquisição de habitação para Jovens; e artigo 17º-B – Outros apoios à aquisição de habitação para Jovens. Tudo de acordo com os documentos constantes no processo”. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira e com as abstenções dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vitor Manuel Jorge Rodrigues.** -----

18. BRAGA EM RISCO - Encontro de Ilustração de Braga 2024: Proposta de venda ao público do Livro de Postais Ilustrados da Exposição Coletiva “BRAGA 88 - Braga Infinita.	
Favorável	Tipo de votação: Por maioria
	A favor: 7, Contra: 0, Abstenções: 4, Ausentes: 0

Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de atribuição do valor de €20,00 com IVA incluído à taxa de 6%, para venda ao público da publicação do Livro de Postais Ilustrados da Exposição Coletiva “BRAGA 88 - Braga Infinita, sendo certo que as livrarias do concelho de Braga com consignação deste título, terão sobre o preço de venda ao público, desconto de 20%. Tudo de acordo com os documentos constantes no processo”. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira e do Vereador da CDU, Vitor Manuel Jorge Rodrigues e com as abstenções dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa.**-----

19. Proposta do Projeto "EUROPEAN CITY NETWORK".	
Favorável	Tipo de votação: Por maioria
	A favor: 6, Contra: 0, Abstenções: 5, Ausentes: 0

Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, para efeitos da respetiva ratificação, a aprovação do procedimento, pressupostos e condições relativas ao reembolso dos custos das viagens para o “ECoD City Network Meeting”, em 15 a 17 de outubro, em Braga. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo”. **Ratificado por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla**



Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira e com as abstenções dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU Vitor Manuel Jorge Rodrigues. -----

20. Normas de funcionamento do Mercado de Natal, integrado no Braga Natal 2024 - Proposta de aplicação de preços aos participantes.

Favorável

Tipo de votação: Por maioria

A favor: 6, Contra: 0, Abstenções: 5, Ausentes: 0

Presente a seguinte proposta: “Submetem-se à consideração do Executivo Municipal as normas de funcionamento e participação do Mercado de Natal integrado no evento “Braga é Natal”, edição 2024, que decorrerá entre os dias 1 a 24 de dezembro, do corrente ano, tudo de acordo com os documentos constantes do processo”. **Deliberado aprovar por maioria com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, dos Vereadores da Coligação Juntos por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira e com as abstenções dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU Vitor Manuel Jorge Rodrigues.**-----

C) Para conhecimento:

Para **conhecimento e informação**, foi presente o **resumo da tesouraria, referente ao dia 17 de outubro de 2024**, que aqui se dá por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

21. Atribuição da ata em minuta.

Favorável

Tipo de votação: Unanimidade

D) Período de Intervenção do Público:

----- Pelo **Presidente da Câmara**, foi dada a abertura à intervenção do público. -----

1ª Intervenção:

----- **Tomou a palavra o cidadão Miguel Lopes**, que consentiu com a divulgação dos seus dados pessoais. Prosseguiu à leitura de documento e relatou que “em 2001 teve de recorrer aos serviços de fiscalização sobre a alteração das pinturas em dois Blocos, Bloco A1 e Bloco A3 na urbanização onde moro, “composta por um lote de cinco Blocos”. Os blocos A5 e A1 foram os primeiros a fazerem obras para a colocação de capoto, cumpriram o determinado pelo município “manter as cores originais”. A empresa Pé de Galo alterou as cores das varandas e dos



tubos de escoamento de águas pluviais, chamei-lhes à atenção e ignoraram. Reportei ao município este facto e foi elaborado um Processo: 2021/900.20.604/417. Prosseguiu a intervenção para referir “recebi vários ofícios como o processo ia evoluindo de departamento em departamento, recebo duas comunicações que foram intimidados a reporem a legalidade, pintando as varandas com as cores originais, consultei os serviços e foi-me dada a informação que se não o fizessem, o município tomaria essa iniciativa e lhes seriam aplicadas as coimas de incumprimento respetivos e os custos associados”. Continuou a intervenção e salientou que “No dia 12/08/2024 recebo nova informação dada pelos serviços de fiscalização, que ainda não consegui contactar e a informação referia: Informação sobre diligências: Legalização Oficiosa”. Questionou o Vereador João Rodrigues, quanto ao significado dessa legalização “Reporem as cores originais ou legalizarem as cores aplicadas”. Prosseguiu a intervenção com as questões dos espaços verdes, árvores caídas com a tempestade e o espaço verde chamado “Jardim Brasileiro” Questionou “para quando um estudo aprofundado sobre que tipos de árvores devem ser aconselhadas nos espaços Urbanos, quando a maioria das árvores são plantadas nos passeios (esta questão já a coloquei à mais de um ano numa reunião do executivo)”. Referiu que “as escolhas de árvores pouco adaptadas a aterros feitos nas urbanizações. Em Nogueira caíram mais de 80% de árvores da mesma espécie Nome Botânico; melia azedarach, Nome Popular: Cinamomo”. Continuou por questionar “se existe algum estudo sobre estas árvores e onde se encontram plantadas”; relativamente ao Jardim Brasileiro referiu que “na visita que fiz pude observar o estado em que se encontra, sendo recente a sua conceção e efetuou questões “quem foi o responsável e que técnicos estiveram na sua criação; todas as árvores exóticas de espécies variadas, foram seguidas da sua origem e se alguma está na lista de espécie invasora/infestante; quais os custos para o município deste parque; a quem compete fazer a limpeza e a manutenção”. -----

2ª Intervenção:

Tomou a palavra o **cidadão Vicente Pinto** que consentiu com a divulgação dos seus dados pessoais. Informou que pretende ter conhecimento sobre o processo nº 2022/300.30.008/421 que a câmara de Braga ainda não fez os despachos aos autos do processo. -----

3ª Intervenção:

Tomou a palavra o **cidadão Alberto Cerqueira** que consentiu com a divulgação dos seus dados pessoais. Informou ter efetuado vários pedidos de informação ao Município e que continua sem esclarecimentos, tais como: embargo de obra; pedido de inquérito disciplinar; violação do PDM, margem direita do rio Este; instrução de processo contraordenacional e obstrução do coletor público de águas pluviais. Relatou que “no dia 23 de setembro 2024 reuniu com o Vereador João Rodrigues, no seu gabinete e não foi informado, nem esclarecido em concreto sobre qualquer dos assuntos e, nessa reunião assumiu que iria programar uma reunião com os técnicos, aos quais os vários assuntos estão afetos, ficando de me contactar via email, o que ainda não aconteceu”. Referiu ainda que “No dia 10 de outubro 2024, contactei pessoalmente o vereador à entrada da reunião da câmara municipal de Braga, no edifício gneration, tendo o mesmo ficado desagradado com a minha presença e não obtive qualquer informação”. Continuou a intervenção, referindo que “No dia 11 de outubro 2024, enviei um email ao Sr. Vereador a lembrar os compromissos por si assumidos, não tendo tido resposta até ao momento. Informou que relativamente à obstrução do coletor de



águas pluviais foi apresentada uma proposta de resolução do problema, sem qualquer resposta ou solução alternativa e esta situação já persiste há cerca de três anos.” -----

4ª Intervenção:

Tomou a palavra o **cidadão Vítor Marques** que consentiu com a divulgação dos seus dados pessoais e informou residir em S. Vicente, na Praça das Fontainhas, e por baixo do andar encontra-se uma ordem religiosa, há cerca de 2 anos, cujo barulho que praticam é de grande intensidade. Referiu que o espaço se encontra aberto à terça-feira, quinta-feira e domingo e nesses dias, o barulho é demasiado agressivo. Enviaram várias cartas ao município a expor a situação, inclusive fizeram abaixo-assinado e também já chamaram a polícia municipal. Prosseguiu com a intervenção e relatou que foi contactado pela divisão de fiscalização que iria uma empresa medir o nível de ruído, contudo sem concretização. Referiu que “não há qualquer possibilidade de convivência”. -----

5ª Intervenção:

Tomou a palavra o **cidadão José Carvalho** que consentiu com a divulgação dos seus dados pessoais e referiu que irá entregar à Vereadora Olga Pereira um abaixo-assinado dos moradores da zona adjacente à calçada de cones e alguns emails trocados com União de freguesias de Maximinos, Sé e Cidade. Referiu que o assunto consiste no alargamento e proporcionar condições condignas aos moradores da área adjacente à calçada de cones. Prosseguiu à leitura de documento e relatou que “os moradores desta área, demostram insatisfação e preocupação com a situação calamitosa que se vive diariamente nesta rua da cidade de Braga, no que respeita às condições que a mesma apresenta, para quem todos os dias nela necessita passar”. Continuou a intervenção que “Esta situação há muito conhecida pelo executivo da câmara e da junta de freguesia (quer por emails, telefonemas e presencialmente), agravando-se substancialmente com o trânsito caótico em toda a cidade. A Calçada de Cones é muito utilizada pelos moradores desta zona, mas também de Real, Frossos, entre outras freguesias desta área, que se deslocam para a cidade e vice-versa, os moradores são afetados por outros automobilistas que se dirigem ao agrupamento de escolas de Real, Externato Carvalho Araújo e Colégio Nossa das Graças, a poucos metros do local. Esta calçada serve de alternativa ao trânsito que circula na Rua Nova da Estação e rua do Caires, pelo que o constrangimento ao trânsito tem causado incómodos a vários automobilistas e moradores neste local e/ou zona”. Continuou por relatar que “a parte mais estreita da Calçada de Cones, na União de freguesias de Maximinos, Sé e Cidade, já foi encerrada ao trânsito automóvel por motivos de segurança várias vezes, o muro de uma casa devoluta existente no local está em riscos de ruir, o piso é perigoso e bastante irregular, a poluição sonora (buzinar), que todos os dias atinge os moradores desta via, torna a circulação muito complicada e a inexistência de sistemas coletores de águas pluviais”. -----

Tomou a palavra o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio** que em resposta ao assunto do Sr. José Carvalho, referiu que “já em anterior mandato se iniciou um processo de elaboração de um projeto de intervenção naquele local, o qual carece para o respetivo alargamento da cedência de terrenos de particulares. No caso concreto desta via, os proprietários privados apresentaram contrapartidas de natureza urbanística com várias condicionantes. Relativamente



ao assunto apresentado pelo Sr. Vítor Marques, o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio** informou que, irá ser verificado com o serviço de fiscalização a metodologia da verificação, sendo que a única forma de verificar o cumprimento da lei do ruído é através da medição do ruído, pelo que comunicou que irá ser efetuada uma medição na hora normal. **Pelo Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, foi dada a palavra ao **Vereador da Coligação Juntos por Braga, Altino Bessa** para responder às questões ambientais apresentadas pelo Sr. Miguel Lopes e iniciou por referir que sobre a questão da queda de árvores, já foi prestado esclarecimento na presente reunião, sobre o espaço “Jardim Brasileiro” informou que o termo correto é “Jardim Brasil” e que a manutenção dos espaços verdes e do arvoredo será executada, brevemente. **Pelo Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, foi dada a palavra ao **Vereador da Coligação Juntos por Braga, João Rodrigues**, para responder às questões do âmbito do urbanismo. Relativamente à questão apresentada pelo Sr., Miguel Lopes relativa à legalização prevista para esse processo, referiu que a legalização é um processo que a lei faculta aos interessados. Quanto à questão apresentada pelo Sr. Alberto Cerqueira, esclareceu que, o agendamento da reunião solicitada será efetuado, de acordo com a disponibilidade da parte dos serviços do município. Quanto à questão do Sr. Vicente Pinto, informou que “no ano passado foi ordenada a demolição da construção ilegal, a demolição foi orçamentada em perto de trinta mil euros e foi comunicado ao proprietário se pretendia que fosse o município a fazer a demolição ou se seria o proprietário a fazer a demolição, sendo que o proprietário solicitou um prazo, o qual terminou no dia 23 de setembro deste ano para demolir. Informou que sendo que já passou um mês do prazo, o que se irá fazer é tomar posse do edifício, demolir e imputar os custos ao proprietário”.

Pelo Presidente da Câmara, Ricardo Rio, foi dada a palavra ao presidente da Junta de Freguesia de Santa Lucrécia de Algeriz que, efetuou alguns esclarecimentos quanto ao projeto *Miradouro de Santa Catarina*, apresentado pela Glória Basto, através de um vídeo, na presente reunião. -----

ENCERRAMENTO: às 20h15m e como não houvesse mais nada a tratar, foi pelo Excelentíssimo Presidente da Câmara encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal e por mim, Marlene Sofia Duarte Fernandes, Técnica da Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos. -----

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

